

- Sr. César Saraiva – Diretor de Defesa Comercial do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços;
- Representante da Secretaria da Receita Federal;
- Representante da Advocacia-Geral da União – AGU;
- Sr. Abrão Neto - Secretário da Secretaria de Comércio Exterior;
- Sr. Fábio Fernandes – Representante do Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal (DIPOV) do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento;
- Representante da Organização das Cooperativas do Brasil – OCB;
- Representante da Confederação da Agricultura e Pecuária – CNA;
- Sr. Rafael Corcino – Presidente da Associação Nacional dos Produtores de Alho e da Associação Nacional de Produtores de Cebola.
- Sr. Clóvis Volpe - Diretor jurídico da Associação Nacional dos Produtores de Alho;
- Sr. Jackson Aluir Corbari - Coordenador Geral da Cooperativa Agrícola Nova Aliança;
- Sr. Herculano Oliver – Representante da Associação Nacional dos Importadores de Alho;
- Sr. Paulo José Kramer - Presidente da Associação Brasileira dos Órgãos Oficiais de Classificação de Produtos de Origem Vegetal;

JUSTIFICAÇÃO

O Brasil possui um total de 12.000 hectares de área plantada de alho, produzindo anualmente 140 milhões de kg, sendo produzidos nos estados de Minas Gerais, Goiás, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e no Distrito Federal por mais de 4 mil famílias na agricultura familiar e outros 100 produtores de médio e grande porte, além de gerar 150 mil empregos diretos e indiretos, contudo a produção nacional abastece aproximadamente 45% do mercado interno, todo o resto é importado, principalmente de países como China, Argentina e Espanha.

Já a produção de cebolas ocupa 58.000 hectares, produzindo 1,5 mil toneladas anualmente, sendo cultivadas por 50 mil produtores, distribuídos

pelos estados de Pernambuco, Bahia, Goiás, Minas Gerais, São Paulo, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Paraná, gerando 350 mil empregos diretos e indiretos ao longo da cadeia produtiva.

Os setores produtivos do alho e da cebola tem lidado com concorrência desleal de produtos importados da China e da Europa, respectivamente, e apresentam dificuldades para concorrer com os produtos importados em razão do Governo Federal não realizar uma fiscalização suficiente do cumprimento da tarifa antidumping do alho e possuir tarifas muito baixas para a importação de cebola.

Além destes fatores, o setor apresenta reclamações com relação à negligência no cumprimento das normas de inspeção vegetal, altos tributos para o produtor e falta de incentivos.

Para trazer o debate à arena pública, solicitamos o apoio dos excelentíssimos colegas na aprovação deste requerimento.

Sala das Comissões,

de abril de 2018.

DEP. EVAIR VIEIRA DE MELO
PP/ES